Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

ENTRE O TRABALHO E A CORREÇÃO: escravas e forras na cidade do Rio Grande (segunda metade do século XIX)

Claudia Daiane Garcia Molet[1]

Resumo: Esta comunicação pretende analisar qual o papel e os espaços reservados para as mulheres trabalhadoras, em especial as quitandeiras e lavadeiras - forras e escravas - na cidade do Rio Grande, durante a segunda metade do século XIX, num período, portanto de disciplinarização da mão de obra para o trabalho livre. Os dados aqui apresentados fazem parte da pesquisa inicial para elaboração da dissertação do mestrado em Ciências Sociais (UFPEL), em que objetivo final é uma análise quantitativa. Para esta comunicação utilizaremos os dados, já coletados, e também alguns casos para demonstrar como se dava o mundo do trabalho e da correção em uma cidade portuária e comercial, em que prevalecia a presença masculina.

Palavras chave: Rio Grande. Escravas- forras. Lavadeiras- quitandeiras.

A partir de 1850, com o término oficial do tráfico negreiro, o final da escravidão começou a ser uma preocupação para a elite brasileira que necessitava substituir o trabalho escravo pelo assalariado. Desse modo, foi necessário garantir a manutenção dos trabalhadores cativos, disciplinando-os para o mercado de trabalho livre e, juntamente com estes, enquadrar a população pobre de forros, libertos, mestiços, brancos pobres e estrangeiros, nas regras vigentes. Nesse contexto, a Cadeia foi usada como local para disciplinar os trabalhadores insubmissos.[2] Embora já utilizada nas áreas urbanas antes da crise da instituição escravista, acreditamos que o uso da Cadeia deve ter sido maior no pós 1850, quando esteve diretamente relacionada com a disciplinarização da mão de obra para o mercado de trabalho livre que viria a ser instaurado, no Brasil, com a República.

Durante a segunda metade do século XIX o prédio da cadeia da cidade do Rio Grande passou por diversas obras. Nos anos de 1850, localizava-se na Rua da Praia, esquina com a Rua do Corpo da Guarda.[3] Foi neste período, juntamente com outras reformas e construções

de prédios públicos, que se começou a construção de um novo prédio para a Cadeia. A procura, nesse momento, era por uma localização que não fosse pantanosa, tarefa árdua para o período, visto que a cidade necessitava constantemente de aterros, devido a diversas áreas alagadiças. As prisões na cidade do Rio Grande, pelo menos a partir da segunda metade do século XIX, eram registradas em livros, classificados em três grupos: escravos de ambos os sexos, mulheres livres e homens livres. Nesta classificação de livres encontram-se os forros e libertos, população pobre em geral, além de estrangeiros, em especial marinheiros, presos a pedido do cônsul de seu país. Esta classificação dos prisioneiros pode indicar a necessidade de haver um controle de todos os trabalhadores que desempenhavam suas atividades na cidade portuária.

A cidade do Rio Grande como único porto marítimo da província possuía, no século XIX, uma localização estratégica que era um fator importante para a participação em redes mercantis nacionais e internacionais. A partir do porto da cidade é possível – pela Lagoa dos Patos, seguindo pelo canal São Gonçalo – chegar a Lagoa Mirim, e logo ao Uruguai. Assim, o porto rio-grandino era a última parada brasileira antes da divisa do Brasil meridional com o Rio da Prata. Por tudo isso, a localidade apresentou uma grande quantidade de comerciantes, entre estes muitos estrangeiros que tinham suas agências comerciais em Rio Grande ou ainda representantes estabelecidos na região.

Daniel de Quadros Torres[4] analisou as redes mercantis do Rio Grande e afirmou que a cidade tinha uma característica marítima, devido a grande movimentação de embarcações. Além disso, ressaltou que o porto rio-grandino mantinha contato com outros países como Inglaterra e Estados Unidos. Nota-se, portanto, que ocorria, durante o século XIX, uma movimentação intensa na orla portuária, em que negociantes internacionais mantinham comércio de importação e exportação na cidade. Iates, lanchas, catraias, patachos, barcas, veleiros, sumacas, pesqueiros ancoravam na cidade.

O viajante inglês Jonh Luccock[5] visitou a "pequenina" e "linda cidadezinha" do Rio Grande, em 1809 e, logo na chegada, o comerciante animou-se com as embarcações ancoradas no cais do porto. Ele também destacou a movimentação do porto informando que poucos brigues carregavam em Porto Alegre, a maioria realizava tal função em Rio Grande. Embora Saint-Hilaire [6], na década de 1820, não tenha gostado da natureza que viu, pois a grande quantidade de areia não o agradou, ele ressaltou a importância do porto para o Brasil destacando que os homens da vila eram todos comerciantes, concluindo que era esta uma característica de uma "cidade comercial".

Já a escuna norte-americana, Sea Bird, trouxe o belga Baguet [7] no ano de 1845, outro viajante. A tripulação desta embarcação era composta de negros livres, demonstrando, portanto que o cais da localidade costumava apresentar grande variedade de pessoas e assim, de nacionalidades, sendo também espaço aberto e múltiplo de idéias, costumes e idiomas. Tal situação continuou na segunda nas décadas de 1850 e 1860, pois ao descrever o cais, Hörmeyer[8] afirma que muitas vezes a área portuária recebia de 100 a 200 navios de diversos tamanhos. E, a intensa movimentação dos navios e o vai e vem dos inúmeros barcos a vela atraiu Ave - Lallemant[9]. E, a "floresta de mastros" chamou a atenção do Conde D'Eu[10], ao observar a constante movimentação.

Inserida no contexto da sociedade brasileira, Rio Grande utilizava cativos nas diversas atividades, como trabalhadores marítimos no cais e embarcações, como mão-de-obra nas casas comerciais e armazéns. Nas residências como empregados domésticos e ainda, nas pequenas fábricas de chapéus, cerveja, etc, como operários. Para além desta população, havia ainda os forros que desempenhavam atividades semelhantes aos escravos.

Devido ao grande fluxo de trabalhadores, em especial na área portuária, a cidade apresentava uma quantidade significativa de casas de negócio, em especial aquelas que proporcionam divertimento aos trabalhadores. Em 1857, havia no primeiro distrito de Rio Grande, que compreendia a atual área central da cidade, trinta e três tabernas, cinco botequins e três casas de pasto.[11] Nestes locais de lazer podemos pensar que eram freqüentes as brigas motivadas pelo uso do álcool. Muitos destes indivíduos, homens e mulheres após estas desavenças eram levados para Cadeia. Importante também ressaltarmos que havia tabernas no Mercado, e ainda eram neste local que a Câmara determinou que existissem casas de pasto. O cais rio-grandino possibilitava o contato com outras experiências, culturas, num ambiente, muitas vezes transgressor, principalmente os homens do mar que tinham uma mobilidade, e geralmente quando chegavam num porto procuravam a diversão que em alto mar não tinham.

Em uma cidade portuária e comercial que recebia constantemente diversos trabalhadores, a disciplinarização para o mercado de trabalho livre, deve ter sido uma tarefa árdua, pois muitos não eram da cidade, vinham apenas para trabalhar um determinado período. Com isso, também não tinham muito compromisso, pois estavam "soltos", normalmente eram jovens e homens.

Fernanda Teixeira da Silva ao analisar os estivadores em Santos informou que os trabalhadores portuários definem uma identidade "a partir de um senso arraigado de masculinidade em que a coragem é um valor moral definidor dos relacionamentos sociais". Assim, a área portuária, possibilita uma diversidade de conflitos em que os atos violentos são

parcialmente tolerados. Os fisicamente mais fortes são encorajados para intimidar os mais fracos por meio da violência corporal ou verbal, para assim ganhar respeito social.[12]

Álvaro Pereira do Nascimento analisa o recrutamento e a disciplina dos marinheiros, entre eles alguns escravos, na Armada Imperial e afirma que os marinheiros ficavam muito tempo em um ambiente fechado somente convivendo com homens. Assim, quando ancoravam em algum cais eles aproveitavam para passear pelas ruas, beber, ir a prostíbulos, visitar amigos e parentes. Transgredir as normas citadinas, a partir da mobilidade e conseqüente autonomia que tinham quando ancoravam em terra firme, era uma peculiaridade da ocupação destes homens do mar.[13]

Em Rio Grande havia uma predominância masculina, de senhores negociante, nacionais e internacionais e "homens do mar" que apresentavam estas características transgressoras. Nesse contexto surgem algumas questões: qual era o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras, em especial das escravas e forras, na cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XIX? E quais eram os espaços a elas reservados?

Algumas possíveis respostas para os questionamentos propostos podem ser realizadas a partir dos registros de prisões da Cadeia da cidade do Rio Grande, que permitem analisar o perfil das trabalhadoras, escravas e forras, que viviam entre o trabalho e a correção. A tabela 1 demonstra as ocupações das forras e escravas encarceradas. Os registros das escravas, foram coletados do Livro de escravos de ambos os sexos, no período de 1868 a 1870, que contém 398 registros. Já das forras foram usados apenas aqueles em que, logo após o nome da encarcerada estava a designação "forra". Desse modo, no livro pesquisado, há trezentos e quarenta registros, no total, embora consideremos que pode ter havido outras na mesma categoria. Para essa primeira análise, apenas trinta registros serão pesquisados, os demais serão estudados no decorrer da pesquisa.

Tabela 1- Ocupação das escravas e quitandeiras presas na Cadeia da cidade do Rio Grande (1864-1875)

Ocupação	Escravas	Forras
Quitandeira	05	08
Lavadeira	11	06
Costureira	16	06
Engomadeira	02	04
Cozinheira	43	02

Serviços domésticos	17	02
Não designada	-	02
Mucama	01	-
Total	95	30

Fonte: APMRG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de entradas de mulheres livres (1864-1875) e CDH-FURG, Acervo Variedades e Raridades, caixa 39, Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de escravos de ambos os sexos (1868-1870).

A tabela 1 demonstra algumas ocupações desempenhadas por escravas e forras na cidade do Rio Grande. Podemos verificar a presença de ocupações que possibilitavam mobilidade pela cidade, como as lavadeiras e quitandeiras. Bem como aquelas que eram desempenhadas, geralmente nas casas de seus senhores, como as cozinheiras e mucamas. Nesta comunicação não pretendemos estudar os dados numéricos, pretendemos focalizar nossa pesquisa nas escravas e forras, lavadeiras e quitandeiras, pois estas tinham maior contato com a área portuária, bem como com os trabalhadores e comerciantes que a freqüentavam.

Em Rio Grande, o trabalho das quitandeiras já fora regulamentado desde as primeiras posturas da cidade. [14] Estas determinavam que as quitandeiras que vendessem nas ruas e praças deveriam pagar mil e duzentos réis por ano. Já aquelas que trabalhassem por menos tempo pagariam mensalmente uma quantia de cem réis. Tudo indica que as quitandeiras poderiam circular com seus tabuleiros pelas ruas e praças. Entretanto não poderiam parar em todos os lugares, pois apenas o Largo do Pelourinho era o local estipulado.

Em 1842, segundo um mapa estatístico da cidade do Rio Grande[15], havia vinte e três quitandeiras de porta e trinta e duas "pelas ruas". Não é possível saber se nestes números estavam inclusas as escravas, o que se pode perceber é a presença significativa das quitandeiras, pois para este período a população era de 3866 livres e 2772 escravos.

No ano de 1858 o fiscal da cidade do Rio Grande enviou à Câmara um aviso[16], no qual declarava que havia pedido à quitandeira chamada Joana Maria da Conceição retirar-se da Praça São Pedro. Dias depois, foi a própria Joana que solicitou à Câmara, para armar uma barraca volante durante o dia de quitanda, na Praça São Pedro atrás do teatro[17]. Assim, sabe-se que o trabalho em alguns locais, só poderia dar-se, para as quitandeiras, mediante autorização expressa das autoridades.

Sendo a área portuária um local de intensa movimentação é possível imaginar as quitandeiras circulando entre marinheiros, ganhadores, estivadores, senhores negociando seus escravos, comerciantes à espera de suas encomendas, e até mesmo conversando ou disputando clientes para seus quitutes.

Um outro lugar que proporcionava o contato das mulheres trabalhadoras, em especial as quitandeiras, com os "homens do mar" e outros trabalhadores, era o Mercado Municipal. Neste lugar estavam as casas de pasto, as tavernas, os açougues, além de quitandas. Em 1853, o fiscal do Mercado enviou um oficio à Câmara informando que o sistema de arrecadação da contribuição sobre as quitandeiras e quitandeiros não era favorável. Isso por que, o regulamento determinava que a arrecadação deveria ocorrer mensalmente, já o fiscal defendia que deveria ser realizado diariamente, pois muitas quitandeiras e quitandeiros freqüentavam apenas alguns dias o Mercado. Tudo indica que quando o fiscal ia cobrar a contribuição muitos destes não se encontravam naquele local, não pagando o estipulado, daí a necessidade da fiscalização diária.[18]

Neste mesmo ano, um locatário de um quarto do Mercado, Benito Marechal enviou um requerimento à Câmara, informando que sua casa de pasto era sossegada e de "boa ordem" seria neste local que muitas quitandeiras e pescadores chegavam "quase sempre", assim requeria que seu estabelecimento continuasse aberto. O pedido de Benito Marechal foi realizado, pois o fiscal ao chegar ao Mercado intimou os "indivíduos" que possuíam casas de pasto e botequins devido as desordens, parece, portanto, que a casa de pasto de Benito era uma exceção. Nestes locais próximos da área portuária, portanto ocorriam algumas desordens, sendo muitas vezes ambientes transgressores que os fiscais tentavam ordenar.

As praças também eram locais por onde circulavam os trabalhavam da cidade do Rio Grande. Não só as quitandeiras, mas também as lavadeiras com suas trouxas de roupas iam à direção dos poços para retirar água. Em 1864, o fiscal do Primeiro Distrito da cidade, proibiu que as lavadeiras retirassem água do poço em frente ao quartel, para lavagem de roupa, mandou ainda que o redor do referido poço fosse realizado um aterro.[19]

O contato das lavadeiras também ocorria com os homens do mar. Quando em 1865 o escravo marinheiro Afonso foi acusado de furtar uma mercadoria da embarcação em que trabalhava, uma testemunha, o também marinheiro, José Maria dos Santos que residia em Rio Grande, declarou que quando a preta Maria lavava roupa, Afonso teria ido ao seu encontro para pagar uma lavagem.[20]

Quitandeiras e lavadeiras, portanto circulavam e mantinham contato com outros trabalhadores da cidade. A tabela 2 demonstra a faixa etária destas escravas e forras.

Tabela 2- Faixa etária das lavadeiras e quitandeiras presas na Cadeia da cidade do Rio Grande (1864-1875)				
Faixa etária	Ocupação			
	Lavadeiras		Quitandeiras	
	Escravas	Forras	Escravas	Forras
11-20	04	-	-	-
21-30	01	01	01	01
31-40	-	01	-	04
41-50	05	03	02	03
51-60	-	01	02	-
Não consta	01	-	-	-
Total	11	06	05	08

Fonte: CDH-FURG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de escravos (1868-1870); APMRG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de mulheres livres (1864-1875)

A partir da tabela 2 pode-se perceber que a faixa etária das lavadeiras e quitandeiras variava, e devido aos poucos dados não se pode concluir um perfil quanto à idade destas trabalhadoras. O que se pode perceber que desde jovens estavam nas ruas e praças da cidade, visto que as mais jovens tinham dezesseis anos. Quanto à naturalidade a tabela 3 (próxima página) traz algumas informações.

Tabela 3- Naturalidade das lavadeiras e quitandeiras presas na Cadeia da cidade do Rio Grande (1864-1875)					
Naturalidade	Ocupação				Total
	Lavadeira		Quitandeira		
	Escravas	Forras	Escravas	Forras	
África	-	01	-	04	05
Bahia	01	01	-	-	02
Cerro Largo	01	-	-	-	01
Costa da África	05	01	03	03	12
Pelotas	02	01	-	-	03
Porto Alegre	01	-	-	-	01

Rio de Janeiro	-	01	01	-	02
Rio Grande	-	-	-	01	01
Rio Grande do Sul	01	01	-	-	02
Ignora	-	-	01	-	01
Total	11	06	05	08	30

Fonte: CDH-FURG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de escravos (1868-1870); APMRG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de mulheres livres (1864-1875)

Das trinta trabalhadoras presas dezessete eram da África, uma de Cerro Largo, no Uruguai, e doze eram nascidas nas províncias do Brasil. Desse modo, não há uma superioridade numérica na naturalidade. A presença de africanos na cidade já foi corroborada por Scherer que concluiu que havia na cidade uma "comunidade africana". A partir dos inventários afirmou que a população cativa era predominantemente africana que constituíam 55% dos escravos no período entre 1825 e 1865. E, a partir das cartas de alforrias, constatou que o número de africanos era superior aos crioulos.[21]

O ambiente em que trabalhavam lavadeiras e quitandeiras proporcionava uma determinada mobilidade pela cidade, tendo contatos com outros trabalhadores, livres escravos e forros. Além disso, estas mulheres muitas vezes também disputavam clientes seja para comprar seus quitutes ou ainda para oferecer seus serviços para lavagem de roupas. Entretanto, como já foi analisado anteriormente havia fiscais que tentavam organizar e ordenar estas ocupações. Na tentativa de corrigir aquelas mulheres escravas e forras que de alguma maneira burlavam as leis e decretos da localidade senhores e autoridades municipais conduziam estas trabalhadoras até a Cadeia. A tabela 4 demonstra aos motivos pelos quais as lavadeiras e quitandeiras foram presas. (próxima página)

Tabela 4- Motivo das prisões das lavadeiras e quitandeiras presas na Cadeia da cidade do Rio Grande (1864-1875)

Motivo da prisão	Ocupação			
	Lavadeira		Quitandeira	
	Escravas	Forras	Escravas	Forras
Aclientela (sic)	-	01	-	-
Alienada	-	-	-	01
Averiguação	-	-	-	01
Batuque fora de horas	-	-	01	-
Correção	03	01	-	-
Desordem	01	-	-	06

Embriaguez	-	01	01	-
Embriaguez e desordem	-	01	-	-
Fora de horas	02	-	-	-
Indiciada em processo	-	01	-	-
Inspetor do quarteirão	-	01	-	-
Requisição do senhor	05	-	03	-
Total	11	06	05	08

Fonte: CDH-FURG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de escravos (1868-1870); APMRG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de mulheres livres (1864-1875)

A partir da tabela 4 pode-se notar que os motivos de prisões eram motivados pela mobilidade e contato que as lavadeiras e as quitandeiras tinham enquanto desempenhavam suas ocupações e, ainda à noite quando deveriam andar pelas ruas. Assim, elas foram presas por embriaguez, desordens, por andar fora de horas. Há ainda a forra lavadeira Cecília cujo motivo da prisão foi "inspetor de quarteirão", Cecília poderia estar circulando fora de horas pelas ruas, provocando uma desordem ou ainda embriagada e o inspetor conduziu para Cadeia para lá ser corrigida.

Importante mencionar que como as prisões eram registradas em livros diferentes, poderia existir grupos que foram presos juntos, mas classificados em registros distintos. As mulheres presas por andar fora de horas poderiam estar com outras pessoas e ainda ir ao encontro de outros amigos e parentes. Do mesmo, o batuque fora de horas deveria ser praticado por outras pessoas, que ou fugiram ou foram encarceradas, mas como não eram mulheres não tiveram seus registros nos livros pesquisados. Nesse sentido, o cruzamento de fontes possibilitaria uma melhor compreensão destas problemáticas.

Assim, a partir desta exposição inicial dos dados pesquisados podemos perceber que estas mulheres eram duplamente estigmatizadas, pelo gênero e pela condição social que ocupavam no sistema escravista que além de excluir os cativos também faziam o mesmo com os forros. É provável, porém, que houvesse também lugar para solidariedade entre homens e mulheres marginalizados ou quase à margem do sistema, representados por estes marujos e quitandeiras e homens e mulheres do porto, em seus espaços comuns, nos locais de sociabilidade e lazer. É uma questão que só a continuidade da pesquisa poderá demonstrar, a partir do cruzamento com outras fontes.

Fontes:

Manuscritas:

APERS- Processo 6395 (roubo a bordo), maço 1795, Cartório Primeiro Cível e Crime. Rio Grande.

AHRS. Fundo Polícia. Maço P-24 Rio Grande (22/07/1843)

Arquivo da Prefeitura Municipal do Rio Grande (APMRG). Livro da Câmara Municipal (3C-Ofícios e portarias, 1863-1873)

APMRG. Ofícios enviados a Câmara caixas 115, 237 e 238.

APMRG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de mulheres livres (1864-1875).

CDH-FURG. Livro da Cadeia da cidade do Rio Grande, registros de escravos (1868-1870).

Viajantes:

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul** (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

D'EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850**: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre: D.C. Luzzatto; EDUNI-SUL, 1986.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974.

Bibliografia:

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque.*** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

KOWARICK, **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LOPES NETO, João Simões. **Revista do Primeiro centenário de Pelotas. Abr/maio 1912**, p. 109-116. Museu da Biblioteca Pública.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1989.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Séc. XIX**. Dissertação de mestrado. UNISINOS, 2008.

SILVA, Fernanda Teixeira. Valentia e cultura do trabalho na estiva em Santos. IN: **Culturas de classes: identidade e diversidade na formação do operariado**. São Paulo: Editora de UNICAMP, 2004.

TORRES, Daniel de Quadros. **Rio Grande-Pelotas: Produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX**. Monografia de conclusão do curso de História Bacharelado, FURG, 2004.

---

[1] Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: claudiamolet@yahoo.com.br
[2] Sobre disciplinarização da mão -de -obra ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, KOWARICK, **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1989.
[3] APMRG. Câmara Municipal, caixa, 115. Ofício enviado à Câmara em 18/10/1853.
[4]TORRES, Daniel de Quadros. **Rio Grande-Pelotas: Produção, comércio, redes mercantis e interesses econômicos em meados do século XIX**. Monografia de conclusão do curso de História Bacharelado, FURG, 2004, p. 59.
[5] LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.117-122.
[6] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974, p. 57-65
[7] BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997, p. 26-32.
[8] HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850**: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre: D.C. Luzzatto; EDUNI-SUL, 1986. p.37-97
[9] AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul** (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1974, p.99-106
[10] D'EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 23-25.
[11] APMRG. Câmara Municipal, caixa, 115. Ofício enviado à Câmara em 18/10/1853.
[12] SILVA, Fernanda Teixeira. Valentia e cultura do trabalho na estiva em Santos. IN: **Culturas de classes: identidade e diversidade na formação do operariado.** São Paulo: Editora de UNICAMP, 2004, p. 209-211.
[13] NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 54.
[14] LOPES NETO, João Simões. **Revista do Primeiro centenário de Pelotas. Abr/maio 1912**, p. 109-116. Museu da Biblioteca Pública.
[15] AHRS. Fundo Polícia. Maço P-24 Rio Grande (22/07/1843)
[16] APMRG. Informações do fiscal enviadas à Câmara. (05/02/1858) Coleção Câmara Municipal de Rio Grande, caixa 237.
[17] APMRG. Requerimento enviado à Câmara (13/02/1828) Coleção Câmara Municipal do Rio Grande, caixa 237.
[18] APMRG. Oficio enviado à Câmara (30/07/1853). Coleção Câmara Municipal do Rio Grande, caixa 238.
[19] APMRG. Livro da Câmara Municipal (3C- Ofícios e portarias, 1863-1873).
[20] APERS- Processo 6395 (roubo a bordo), maço 1795, Cartório Primeiro Cível e Crime. Rio Grande.
[21] SCHERER, Jovani de Souza**. Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Séc. XIX.** Dissertação de mestrado. UNISINOS, 2008, p.99